

Luciano Mendes de Almeida

Compromisso com o índio

Terminou ontem, em Itaici, a 26ª Assembléia Geral da CNBB. Tranquila, fraterna, frutuosa. O documento central sobre a missão da Igreja recebeu 236 votos sobre 243 participantes e servirá para a reflexão e aprofundamento nas comunidades.

Inspirados na Palavra de Deus e na Doutrina Social Cristã, redigiram os bispos mensagem reafirmando, por ocasião do próximo dia 1º de maio, o valor do trabalho e do trabalhador e os principais direitos que daí decorrem.

No Dia do Índio, estavam os bispos, em romaria, reunidos na Basílica de Aparecida para celebrar o Ano Mariano. Nesta ocasião, pedimos a Deus especial proteção para as populações indígenas de nosso país, convencidos de que este é o momento crucial para a sobrevivência de 200 mil índios.

Com efeito, o Congresso Nacional constituinte deverá, em breve, votar a questão dos direitos indígenas ameaçados por grupos econômicos interessados no minério e na extração madeireira.

Em 23 de setembro de 1987, foram promulgados dois decretos que alteram procedimentos na demarcação de terras indígenas, criando uma inaceitável distinção entre índios aculturados e não aculturados, reservando aos primeiros a organização em colônias, nas quais virão a perder, em ritmo acelerado, suas raízes culturais. Enquanto o texto elaborado pela Comissão de Ordem Social garantia aos índios condições dignas de sobrevivência, o projeto apresentado pelo deputado Bernardo Cabral faz concessões aos grupos econômicos.

As votações já realizadas melhoraram o texto contido no projeto da Constituição. É grande por isso a esperança de que o capítulo sobre os índios possa expressar a vontade decidida dos constituintes de assegurar condições de vida pacífica para as populações indígenas.

Compreende-se que a Igreja, em virtude da missão que lhe é confiada, tenha que assumir a defesa da causa indígena. Durante a assembléia, coube ao presidente do Cimi, dom Erwin Krautler, fazer ampla exposição sobre a questão indígena e a responsabilidade que compete à Igreja nesse momento. Seu amplo e preciso relatório tratou da violência que os índios vêm sofrendo nestes últimos anos, da campanha difamatória contra os missionários e do perigo de uma legislação integracionista. Não há lembrança nos últimos anos, na circunspecta assembléia de Itaici, de um aplauso tão caloroso e prolongado como o que se seguiu à comovente exposição de dom Erwin, vítima, na Amazônia, de um atentado no dia 16 de outubro de 1987. Nesta ocasião, perdeu a vida o jovem missionário padre Salvatore, que viajava ao lado de dom Erwin.

Repudiamos as calúnias contra o Conselho Indigenista Missionário, movidas pelos meios de comunicação e grupos interessados nas explorações das áreas indígenas. Como justificaram que a Comissão Parlamentar de Inquérito, que devia ter apurado as acusações contra o Cimi, não tenha levado a termo seus trabalhos? Diante da evidência das conclusões favoráveis ao Cimi a que chegou o relator, preferiu-se provocar a extinção da Comissão, por descaso do seu presidente.

Nestes últimos meses, enquanto aguardamos o texto da Constituição, fatos graves marcaram o longo calvário do índio brasileiro. O índio pataxó Djalma foi seviciado e morto no município baiano de Pau Brasil. É o sétimo caso de assassinato impune nesta área. Que dizer da brutal chacina dos 14 índios tikuna, a menos de um mês? Como explicar a morte violenta do missionário jesuíta irmão Vicente Cañas, à beira do rio Juruena? Incompreensível é o afastamento dos missionários da missão Catrimani, em Roraima, sob a alegação de que assim seria mais fácil retirar os milhares de garimpeiros da área ianomami.

Não é difícil entender que a expulsão dos missionários tem por intenção privar os índios de suas últimas defesas contra a ganância sem escrúpulo de grupos econômicos.

Em documento aprovado na assembléia, propõem os bispos, salvo o direito e dever do Brasil de defender suas fronteiras, a revisão do Projeto Calha Norte, que propugna a liberação de uma faixa de 150 km, sem atender as aspirações de 80 mil indígenas que vivem nesta área.

Celebrar o Dia do Índio é, antes de tudo, comprometer-se com a sua causa e assumir diante de Deus a responsabilidade política e cristã de garantir a sobrevivência, com dignidade, dos povos indígenas do nosso país.